



CONTRATO DE N° 332/2021
PROCESSO N° 2638/2021
PREGÃO PRESENCIAL N° 11/2021 - Prefeitura Municipal de Campinorte
ARP – Ata de Registro de Preço

DE 19 de agosto de 2021

"Contrato de empresas para fornecimento de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE CAMPINORTE".

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CAMPINORTE, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito sob o n° **CNPJ 29.918.260/0001-22**, com sede administrativa na Praça Cristóvão Colombo, s/n°, Centro, Campinorte - GO, neste ato representado pelo Secretária Municipal Sra. **FERNANDA SOARES BORGES PERINELLI**, brasileira, casada, agente político, portador da CI N°. 4563135 SSP/GO e do CPF N°.000.495.921-30, abaixo assinado, doravante denominada **CONTRATANTE** de um lado e, de outro a empresa **EMERSON DA SILVA MORAIS NONATO 06043876108**, **CNPJ: 33.281.598/0001-93**, situada á Rua 7 de Setembro s/n Setor Central povoado Colinaçú- Campinorte- Go ,Representado pelo senhor **EMERSON DA SILVA MORAIS NONATO**, brasileiro, solteiro, motorista, portador do **CPF: 060.438.761-08**, e do RG: 6039854 SSP-GO. situada á Rua 7 de Setembro s/n Setor Central povoado Colinaçú- Campinorte- Go CEP:76410-000., cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE CAMPINORTE**, para o (a) **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CAMPINORTE**, denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato, decorrente do Pregão Presencial Prefeitura Municipal de Campinorte-GO N.º 11/2021, Homologado pelo autoridade competente, realizado nos termos da na Leis Lei 10.520/02, Lei Complementar n° 123/2006, Lei 8.078/90 aplicando-se subsidiariamente na Lei n°. 8.666/93 e suas alterações, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de transporte escolar, com o veículo VAN, Placa: KDN - 1794 Ano: 1997-1998, motorista: **NEUMA MORAIS NONATO**, CPF motorista: **333.052.691-20**, para prestação de serviço da rota, anexada no anexo I desse contrato.

CLAUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1 Deverá a contratada apresentar os seguintes documentos abaixo:

- Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), devidamente regularizado como transporte de passageiros ou lotação (categoria aluguel) junto ao órgão DETRAN/GO do domicílio de veículos, em nome da empresa vencedora do certame;
- Laudo ou relatório de inspeção do órgão de trânsito não superior a 180 (cento e oitenta) dias;
- Comprovação de que o (s) veículo (s) utilizado (s) está (ão) coberto (s) por seguro contra danos pessoais morais e materiais, apresentando à Administração a respectiva apólice;





d) Laudo de vistoria técnica do IMETRO, para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança onde. O Lado de Vistoria deverá ser apresentado a cada 06 (seis) meses:

a) Os veículos deverão possuir os cintos de segurança e demais equipamentos acessórios) especificados conforme Código Nacional de Trânsito;

b) Os veículos deverão estar equipados com tacógrafos, e semanalmente deverão ser retirados e entregues os discos dos mesmos na Secretaria Municipal de Educação;

c) Serão instalados nos veículos Rastreadores para monitoramento dos mesmos;

d) Deverão constar no veículo pintura de faixa horizontal na cor amarela, com 40 centímetros de largura, à meia altura, em toda extensão das partes laterais e traseira, com a inscrição “ESCOLAR” em preto.

e) O veículo destinado ao transporte escolar deverá ter autorização do DETRAN para trafegar, bem como, possuir registro como veículo de passageiros, e atender a Resolução nº 226 de 09 de fevereiro de 2007 (CONTRAN)

f) Deverá ser comprovado que os condutores dos veículos atendem aos seguintes requisitos:

. Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

. Carteira Nacional de Habilitação categoria “D”, devendo constar na mesma a especialização para “TRANSPORTE ESCOLAR” e/ou” TRANSPORTE DE COLETIVOS”, conforme Resolução do CONTRAN nº 57/98, ou outra que vier a substituir. Os condutores apresentados deverão obrigatoriamente fazer parte do quadro de funcionários da empresa ou serem sócios da mesma, comprovando-se através da GFIP que deverá ser apresentada mensalmente com a nota fiscal de prestação de serviço; O condutor do veículo, não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

2.2 – O contratado fica ainda obrigado a aceitar e cumprir as condições abaixo:

a) Os condutores do transporte escolar deverão frequentar os cursos, treinamentos, palestras e similares promovidos pela contratante, sempre que solicitados;

b) Executar o serviço de modo satisfatório e de acordo com as determinações do Município;

c) Cumprir os horários e itinerários fixados pelo Município, podendo a municipalidade alterar os turnos, conforme necessidades das escolas obedecendo ao calendário escolar;

d) Responder por si e por seus prepostos, por danos causados ao Município ou terceiros por sua culpa ou dolo;

Manter os veículos sempre limpos e em condições de segurança;

e) Manter, durante o prazo de vigência contratual as condições de habilitação e qualificação compatíveis com a obrigação assumida;

f) Arcar com as despesas referentes aos serviços objeto da presente Licitação, inclusive Tributos municipais, Estaduais e Federais incidentes sobre os serviços prestados;

h) Efetuar, com rigorosa pontualidade os recolhimentos legais, relativos ao ISSQN, INSS, FGTS, etc.

i) Disponibilizar, sem prejuízo de plena responsabilidade da contratada, a fiscalização pelo município todos os serviços a qualquer hora.

j) Fica proibido transportar número de estudantes acima da capacidade estabelecida pelo fabricante;

k) A contratada deverá prestar serviços adequados ao pleno atendimento dos alunos, conforme estabelecido neste edital, de modo a satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança na sua prestação, devendo para tanto procurar modernizar seus veículos e mantê-los em bom estado de conservação, bem como, realizar as obrigações constantes deste





edital;

Cumpri as regras descritas no termo de referência deste edital.

CLAUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.3– O regime de execução deste contrato é o de quilometro rodado diário, através de medições mensais, inclusos, à conta do contratado, manutenção, motorista e combustível.

2.4– O Transporte dos alunos será realizado diariamente, em horários compatíveis com o início e término das aulas, compreendido entre a segunda e sexta-feira, ou, eventualmente, em outro dia da semana determinado pela Secretaria Municipal da Educação, para atender programação escolar específica, através de veículo apropriado, devidamente vistoriado.

2.5 É estimada em (19.353,60) quilômetros a extensão diária dos Trecho a serem percorridos diariamente pelo veículo do contratado, para atender o objeto deste contrato.

2,6 – Fica reservado o percentual de 10% (dez por cento) além dos quantitativos, para o transporte dos alunos a eventos que venha a realizar-se. (feiras culturais, festividades cívicas, etc.).

CLAUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1– É fixado em **R\$ 2,90 (dois reais e noventa centavos)**, o valor do quilômetro rodado, conforme proposta do contratado devidamente adjudicada e homologada pelo Município de Unaí, sendo o presente instrumento estimado no valor de **R\$ 56.125,44(cinquenta e seis mil cento e vinte e cinco reais e quarenta e quatro centavos)**.

3.2– A medição mensal do serviço executado será paga até o trigésimo dia útil do mês subsequente, juntamente com a Nota Fiscal, devidamente liquidada pela Secretaria Municipal de Educação.

3.3– O valor ajustado somente será recomposto para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro se ocorrer, no período aumento geral dos insumos, decorrentes de caso fortuito ou força-maior, previstos no art. 65, II, “d”, da Lei Federal 8.666/93, ou ainda;

– Ajustamento do preço em decorrência de reajustes de combustível, submetendo para todos os efeitos a política adotada ou que venha a ser adotada para o setor, pelo Governo Federal e pela Agencia Nacional de Petróleo, sendo que o percentual de aumento será o equivalente a 30% (trinta por cento) do percentual de reajuste do combustível utilizado pelo veículo do licitante, percentual que será também adotado na hipótese de redução de preços do combustível utilizado.

CLAUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1 – O prazo de vigência do presente contrato é de (90) dias letivos e escolares, sua vigência e de 12/08/2021 A 12/08/2022 podendo ser prorrogado conforme Art. 57 da Lei 8.666/93.





CLAUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

5.1A fiscalização do perfeito cumprimento do objeto deste contrato, ocorrerá por conta da Contratada, cabendo-lhe integralmente o ônus decorrente e necessariamente já incluídos no valor do contrato, sem prejuízo da fiscalização e supervisão, concomitantemente, por parte da contratante, através da Secretaria Municipal de Educação.

O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsável pela sua gestão e fiscalização os servidores:

5.2 GESTOR DO CONTRATO: FERNANDA SOARES BORGES PERINELLI
CPF: 000.495.921-30

5.3 FISCAL DO CONTRATO: MARCIO ALMEIDA VAZ
CPF: 612.819.801-53

CLAUSULA SETIMA – DOS CREDITOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 - A despesa decorrente da execução do presente contrato correrá à conta de recursos previstos na Lei de Meios para o exercício 2021, consignados nas dotações orçamentárias: 09.21.12.361.0009.2.080 – 3.3.90.39 – Ficha: 466.

CLAUSULA OITAVA - RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1- São responsabilidades do contratado:

- a) Manter durante a vigência deste contrato todas as condições apresentadas para habilitação e qualificação compatíveis com as obrigações assumidas.
- b) Comunicar previamente a contratante às modificações que pretender realizar em sua constituição, especialmente quanto ao seu objetivo social.
- c) Cumprir os horários de saída e retorno com regularidade, visando assegurar a frequência dos estudantes em todas as aulas do período.
- d) Responsabilizar-se pela manutenção do veículo transportador em boas condições de uso e segurança, incluindo sua limpeza, higiene, seu abastecimento, lubrificação, pneus, motorista habilitado, etc.
- e) Responsabilizar-se pelos encargos sociais, previdenciários, fiscais e trabalhistas decorrentes.
- f) Responsabilizar-se pelos prejuízos causados a contratante ou a terceiros, pela inadequada prestação dos serviços contratados em virtude de dolo, má-fé ou culpa.
- g) Tratar com cortesia e respeito os servidores ou agentes de fiscalização do “CONTRATANTES”, bem como satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, devendo para tanto modernizar seus veículos.
- h) Em caso de veículo danificado e/ou acidentado, o mesmo deverá ser substituído no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de aplicação das penalidades previstas, podendo o contrato ser até rescindido pelo Município.





i) O condutor deverá ter conduta ilibada e deverá ainda ser portador de Carteira de Habilitação compatível

7.2- São responsabilidades da contratante:

- a) Fiscalizar a realização dos serviços;
- b) Apurar, calcular e efetuar a liquidação dos serviços realizados processando os documentos necessários ao pagamento na data fixada.
- c) Proporcionar todas as facilidades para que o CONTRATADO possa fornecer o objeto deste contrato, dentro dos elevados padrões de eficiência, capacitação e responsabilidade.
- d) Fazer o pagamento em até 30 (trinta) dias do mês subsequente à prestação dos serviços.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES E PROIBIÇÕES

8.1- É proibido ao Contratado:

- a) O transporte de gás, produtos combustíveis ou inflamáveis, ou qualquer outra mercadoria;
- b) O transporte remunerado ou gratuito de passageiros estranhos ao sistema.
- c) Substituir o veículo, sem prévia autorização da Prefeitura e sem a prévia vistoria.
- d) Vender, sublocar ou transferir a linha de transporte escolar.

8.2- É Obrigação do contratado:

- a) Cumprir e fazer cumprir as disposições do Código de Trânsito Brasileiro, nos termos da Lei 9.503 de 23.08.97.
- e) Substituir o veículo, total ou qualquer de suas peças, no prazo que for fixado pela fiscalização. Em caso de veículo danificado e/ou acidentado, o mesmo deverá ser substituído no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de aplicação das penalidades previstas, podendo o contrato ser até rescindido pelo Município.

CLAUSULA DECIMA - DAS PENALIDADES

9.1-A recusa pelo fornecedor em realizar o(s) serviço(s) objeto(s) deste contrato acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.

9.2- O atraso que exceder ao prazo fixado para o início dos serviços, acarretará a multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.

9.3- O não cumprimento de obrigação acessória sujeitará o fornecedor à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação.





9.4- Se a empresa ensejar o retardamento da execução do objeto contratual, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública do Município, União, Estados e Distrito Federal, e será descredenciada dos sistemas de cadastramento em que estiver inscrita, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais.

9.5- Pelo não cumprimento das disposições previstas neste contrato, ficam as partes sujeitas as penalidades estabelecidas na Lei 8.666 de 21/06/93 e alterações posteriores.

9.6- Pelo descumprimento das normas de trânsito, do programa ou pelo cumprimento irregular de cláusulas deste contrato, a CONTRATADA fica sujeita às seguintes multas:

a – Trafegar com o veículo sem condições de uso: Multa equivalente a um valor diário do contrato.

b – permitir a condução do veículo por motorista sem habilitação específica: Multa equivalente a duas vezes o valor diário do contrato.

c – transportar mercadoria de terceiros, sejam combustíveis e inflamáveis, ou não: Multa equivalente a três vezes o valor diário do contrato.

d – Negar-se ou impedir a fiscalização: Multa equivalente a quatro vezes o valor diário do contrato.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

10.1. A contratante providenciará a publicação deste contrato ou seu resumo na forma exigida, no prazo de 20 (vinte) dias contados de sua assinatura.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS MODIFICAÇÕES, ALTERAÇÕES E PRORROGAÇÕES.

11.1- A contratante assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicialmente pactuado, poderá modificar unilateralmente este instrumento para sua melhor adequação as finalidades do interesse público, respeitados os direitos da contratada.

11.2- Por acordo das partes, este contrato poderá ser alterado, mediante a celebração de termo aditivo.

11.3- O presente contrato poderá ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

12.1- A contratante poderá rescindir o presente instrumento unilateralmente, ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas no art.78, inciso I a X II e XVII da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.





12.2- Rescisão amigável por acordo das partes depende da conveniência administrativa e autorização fundamentada do Prefeito Municipal, mediante aviso escrito com antecedência de 30 (trinta) dias.

CLAUSULA DECIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO E LEGISLAÇÃO

13.1- São partes integrantes deste instrumento independente de transcrição, todos os documentos inerentes ao procedimento licitatório referente ao Pregão Presencial nº 011/2021, que lhe deu causa, bem como a proposta do licitante aqui contratado, e os documentos por ele fornecidos na habilitação e qualificação.

13.2- Aplicam-se integralmente a este instrumento as disposições constantes do capítulo III, seções I a V e seguintes da Lei 8.666 de 21/06/93, e modificações posteriores.

13.3- Os casos omissos serão apreciados em instância administrativa aplicando-se na sua solução as normas do direito público, e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições do direito privado.

CLAUSULA DECIMA QUINTA - DO FORO

14.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Campinorte, Estado de Goiás, para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste contrato que não sejam solucionadas em comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

E por estarem justos e contratados, na data e presença das testemunhas abaixo indicadas, firmam o presente contrato em três vias do qual se extrairão as cópias necessárias que, devidamente autenticadas, produzirão um só efeito.

Campinorte, 19 de agosto de 2021.





ANEXO 01 – PLANILHA DE VALORES

LOTE: 6 - ROTA 06 – Baxião / Colinaçu					
ÍTEM	PRODUTO	UN	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ROTA 06 – Baxião / Colinaçu – Localizada na região do Distrito de Colinaçu, no período matutino saindo da casa da aluna Maria Clara e depois dos alunos Pedro Henrique, Letícia, Ítalo, João Pedro, Maria Fernanda, Vitor, Elaine e Ludmilla percorrendo no período matutino 119,520 Km para o Colégio Estadual Marcionílio. No período noturno saindo da casa do aluno Thiago Sobral passando pelas casas dos alunos: Rayana Lucas, Ana Júlia e Jordana percorrendo um percurso de 95,520 Km. Sendo então 02 (dois) períodos matutino e noturno percorrendo um percurso total de 215,040 Km/dia para um veículo de médio porte.	KM	19.353,60	2,9000	56.125,4400
TOTAL			56.125,4400		

**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO -
CAMPINORTE**
29.918.260/0001-22
FERNANDA SOARES BORGES PERINELLI
000.495.921-30

EMERSON DA SILVA MORAIS NONATO
06043876108
33.281.598/0001-93
EMERSON DA SILVA MORAIS NONATO
060.438.761-08

JOSÉ SILVA DE OLIVEIRA
02.215.747/0001-92
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINORTE

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

NOME: _____

CPF: _____

CPF: _____

RG: _____

RG: _____

